

ZERO

Nº 1 - ANO XIII - FLORIANÓPOLIS, 23 DE AGOSTO DE 1995 - CURSO DE JORNALISMO DA UFSC

saúde

O DRAMA DOS
PACIENTES QUE SAEM
DO INTERIOR PARA
DISPUTAR VAGAS NOS
HOSPITAIS
DA CAPITAL

Pág. 03

tce

A BRIGA DOS
PARTIDOS POLÍTICOS
POR UM CARGO
QUE JULGA
IRREGULARIDADES
NOS MUNICÍPIOS

Pág. 05

prodec

PROGRAMA DE
INCENTIVO DO
GOVERNO ESTADUAL
PRIVILEGIA
GRANDES
EMPRESAS

Pág. 04

MAIL 89 01.08 <<< Reviewing Your Mailbox >>> Line 25 of 25

From:	To:	Date:	Subject:
CARLOS ROGERIO POLI	c.zucco	5/03/95	*REUNIAO
CARLOS ROGERIO POLI	c.zucco	5/03/95	*REUNIAO
SMTP@IBM.UFSC.BR	QMC1CZU@BRUFSC	5/04/95	Undeliverable Mail
Marcos Rezende Caro	QMC1CZU@IBM.UFSC.BR	5/11/95	papers
Marcos Rezende Caro	QMC1CZU@IBM.UFSC.BR	5/12/95	duvida
BRUFSC Mail Server	QMC1CZU@BRUFSC	5/15/95	Unread mail/note. Please DO NO
CARLOS ROGERIO POLI	czucco	5/18/95	*REUNIAO
CARLOS ROGERIO POLI	CESAR ZUCO	5/19/95	*REUNIAO
LCMM - Victoria	C.ZUCCO	5/23/95	*PROJETAO
J. Littlepage	Carlos Poli	6/04/95	Letter from Canada
Prof. C. Bunton	QMC1CZU@IBM.UFSC.BR	6/05/95	No subject
Marcos Rezende Caro	QMC1CZU@IBM.UFSC.BR	6/06/95	paper
Marcos Rezende Caro	QMC1CZU@IBM.UFSC.BR	6/08/95	viagen
LCMM - Victoria	Cesar Zucco	6/12/95	noney
CARLOS ROGERIO POLI	c.zucco	6/16/95	*REUNIAO
CARLOS ROGERIO POLI	c.zucco	6/18/95	*REUNIAO
J. Littlepage	QMC1CZU@IBM.UFSC.BR	7/13/95	Big Grant
Jaime Steckert	Multiple recipients	8/08/95	Recadastramento de contas no I
*** End of File ***			
PF1=Help	PF2=Read	PF3=Quit	PF4 =Print PF5 =Reply PF6 =Forward
PF7=ScrollUp	PF8=ScrollDown	PF9=Discard	PF10=SortUp PF11=SortDown PF12=Select

ufsc

NAS MÃOS DOS MICREIROS

Eles entram nos computadores da
Universidade e acessam o secreto mundo
das notas e do dinheiro

Pág. 03

Nova fase, velhos problemas

ZERO
ZERO
ZERO

ZERO inaugura com essa edição uma nova fase de produção. Com a redação informatizada e a transformação do *Jornal Laboratório* em disciplina do Curso de Jornalismo da UFSC, ZERO está mais próximo do esquema de produção dos jornais-empresa. Isso significa uma mudança de qualidade no ensino de Jornalismo da Universidade e com o tempo certamente refletirá na qualidade do próprio jornal.

Inaugurando essa nova fase, ZERO traz um furo de reportagem. Alguns estudantes acessaram a rede de computadores da UFSC, conseguindo um arquivo com todas as senhas dos usuários do sistema. Com essas senhas, eles poderiam, por exemplo, alterar notas, a folha de pagamento e a contabilidade da Universidade. Os Hackers, como são conhecidos esses invasores eletrônicos, limitaram-se no entanto a apenas "passear" pelos arquivos - exclusivamente porque quiseram. Em entrevista exclusiva, um deles alerta: o sistema da UFSC não é seguro e qualquer um que tenha um computador conectado a uma linha telefônica pode causar estragos.

Na reportagem da página central, ZERO traz uma mostra do caos em que se encontra o sistema de saúde pública no estado. Os hospitais da capital já não aguentam nem atender à população local, e a cada dia recebem mais doentes do interior, incluindo casos que poderiam ser tratados em postos de saúde e hospitais locais. O Hospital Universitário já avisou às prefeituras que colaborem avisando antes de enviarem pacientes e a Assembleia Legislativa já encaminhou uma proposição ao Governo alertando para esta situação.

Aproveitando a evidência da "guerra fiscal" entre os governadores, ZERO traz uma reportagem mostrando quais as empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais dos governos estaduais em Santa Catarina. O Prodec - trunfo de que dispõe o governador para atrair investimentos para o Estado - concentrou recursos nas grandes empresas durante os últimos cinco anos.

Na contracapa, o jornal traz ainda o pitoresco Daltro Cavaleiro e seu programa semanal transmitido ao vivo em Florianópolis, que já tem planos de ser transmitido em rede nacional pela CNT.

Rádios piratas podem ser legalizadas em Fórum Nacional

As emissoras de rádio livre, popularmente chamadas de "rádios piratas", podem ser legalizadas em breve. Para tanto, desde abril, um grupo de trabalho foi encarregado de elaborar uma proposta de regulamentação para a radiodifusão comunitária e radiodifusão livre. O grupo concluiu o projeto no início de junho e o enviou para discussão na reunião do Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações, de 28 a 30 de julho, em Belo Horizonte.

Para formar o grupo de trabalho, participaram cinco entidades ligadas à democratização das comunicações e técnicos do ministério. A direção dos trabalhos ficou por conta de Malu Gaspar, coordenadora geral da Enecos - Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social. Malu explica que o projeto baseou-se na lei colombiana de agosto de 94, considerada por ela "um marco histórico". A principal diferença entre a lei e a proposta é que a legislação colombiana não diferencia rádios comunitárias de livres.

Segundo a proposta brasileira, rádio comunitária seria uma

modalidade exercida por pessoas jurídicas com autorização requerida na Delegacia Regional do Ministério das Comunicações. Como responsável pela rádio, a entidade deverá nomear um conselho comunitário composto por sete membros. A rádio comunitária pode atuar comercialmente, desde que todo o dinheiro seja investido na emissora.

Já as rádios livres não podem veicular comerciais e teriam o transmissor de 5 watts, dez vezes menos potente do que o permitido para as comunitárias. Para poder operar uma rádio livre o interessado precisaria de um certificado de habilitação fornecido pela Delegacia Regional do Ministério das Comunicações. As duas modalidades estariam sujeitas a um código de ética específico.

O antigo Dentel será encarregado de assegurar que as novas emissoras cumpram a legislação. Formariam ainda Comissões Regionais de Assessoramento para, junto às emissoras, opinar sobre o serviço prestado. O engenheiro Paulo Tavares, responsável pela monitoração da 107 FM, enfatiza a importância



107 FM vai ser uma das beneficiadas pela regulamentação

do controle sobre as rádios livres. Segundo o fiscal, tais rádios podem interferir não só na frequência das oficiais, mas também no sistema de navegação aéreo. O pouso por instrumentos consiste no envio pela torre de dados que permitam o pouso automático do avião. A frequência utilizada é 110Mhz e pode sofrer interferência de uma rádio operando próximo do fim do dia (108 Mhz).

Malu Gaspar lembra que a transmissão por rádios livres e comunitárias requer uma série de exigências técnicas, impossibilitando qualquer interferência, seja nas emissoras ou no tráfego

aéreo. O resultado será uma perda na qualidade das transmissões, mas, mesmo assim, as rádios em funcionamento já se manifestaram a favor do assunto.

Malu se diz preocupada apenas quanto ao interesse demonstrado pelas lideranças políticas até o momento. Apesar de haver uma frente parlamentar unida em defesa da democratização das comunicações, as discussões sobre a reforma constitucional têm tirado o tempo dos deputados para analisarem o projeto.

Romeu Martins

expediente

Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina

Arte: Romeu Martins

Colaboração: Áureo Moraes, Gisele Lasso, Ivana Back, Jaime Luccas, prof. Paulo Brito

Edição: Alessandro Bonassoli, Carlito Costa, Diógenes Botelho, Gladinston Silvestrini, Marcelo Santos, Maurício Oliveira, Pablo Claudino, Paulo Henrique Souza, Sérgio Severino

Editoração Eletrônica: Clayton Wasgrau, Gladinston Silvestrini, Pablo Claudino, Sérgio Severino

Fotografia: Aline Cabral, Bárbara Pettres, Marcelo Santos, Maurício Oliveira, Paulo de Tarso

Infografia: Sérgio Severino

Laboratório Fotográfico: Bárbara Pettres, Marcelo Santos, Paulo de Tarso

Montagem: Gladinston Silvestrini

Planejamento e supervisão gráfica: Pablo Claudino

Secretário de Redação: Carlito Costa

Textos: Alexandre Winck, Aline Cabral, Carlito Costa, Diógenes Botelho, Flávia Rodrigues, Gladinston Silvestrini, Josemar

Sehnem, Maurício Oliveira, Paulo Henrique Souza, Renê Müller, Romeu Martins, Sandra Vieira, Sérgio Negão, Sérgio Severino, Simone Fritsche, Yan Boechat

Supervisão: Carlos Locatelli

Redação: Curso de Jornalismo (UFSC-CCE), Trindade, Florianópolis/SC - CEP 38040-900

Telefones: (048) 231-9490 e 231-9215

Telex e Fax: (048) 234-4069

Fotolitos e Impressão: Diário Catarinense

Tiragem: 5 mil exemplares

Distribuição Gratuita

Circulação Dirigida

Micreiros violam rede do NPD

Viciados em computador, hackers acessam até o caixa da UFSC

Um grupo de alunos da universidade vem invadindo desde o ano passado os computadores principais do Núcleo de Processamento de Dados (NPD), responsável em armazenar notas dos alunos, folha de pagamento dos funcionários e todo o trabalho administrativo da UFSC. Os hackers, como são conhecidos os invasores de sistemas de computador, podem alterar as notas, a folha de pagamentos, ou destruir pesquisas de vários anos. Mas não mexem em nada. Fazem por puro prazer.

A ampliação da rede da universidade e conexão com a Internet deu mais possibilidades aos hackers de entrarem no sistema, usando um terminal no NPD, computadores espalhados pela UFSC ou até mesmo instalados em casa. A ação dos rackers mostra a fragilidade dos sistemas de informática em Santa Catarina. Hoje eles já conseguem acessar até o sistema da Secretaria Estadual da Fazenda.

Zero conversou com um deles. Ele usa computador há quatro anos, nunca fez um curso na área, mas depois de alguns meses mexendo nos computadores da universidade conseguiu acesso a todas as senhas de acesso ao NPD.

ZERO - Como vocês acessam o sistema?

Hacker - Uma das formas

é ter uma senha básica de acesso ao sistema. A maioria dos estudantes do CTC ganham uma para estudar durante um semestre. Durante esse período eles conseguem descobrir senhas de professores e servidores, copiam, e depois permitem entrar em áreas retritadas, como o sistema de notas e o caixa da UFSC. Outro jeito é instalar num dos terminais do NPD um programa, o Session, que grava a senha de todos que utilizavam a máquina. Após algum tempo é só recuperar o programa num disquete e escolher a senha mais importante.

ZERO - E o que vocês fazem quando conseguem acesso?

Hacker - Nada. O mais interessante é quebrar o sistema. Em geral entramos, olhamos algumas senhas e saímos, às vezes deixamos uma piadinha. Lá no CTC eu não conheço ninguém que faça isso para alterar alguma coisa ou apagar dados. Ao contrário do que eles próprios pensam, ninguém entra lá

para alterar nota. Todo mundo sabe que isso é crime. Se o cara tem um pouquinho de conhecimento ele sabe que assim como não há segurança para o sistema, não há segurança para quem entra nele. Sempre fica um registro que a gente chama de log.

ZERO - Mas se a pessoa quiser mexer...

Hacker - Ela mexe mas vai ser pega. Sempre ficam registros. Se quem entra sem intenção de fazer nada já é perseguido, imagina quem quer fazer alguma coisa.

ZERO - Então para que fazer isso?

Hacker - As pessoas procuram quebrar o sistema porque o NPD regula a Internet para os alunos. Freqüentemente ele nega o acesso para os alunos e não diz porque. De modo geral os alunos do CTC que pedem máquina (acesso ao sistema) estão perdendo muita coisa por não terem esse acesso, se sentem lesados. E aí a pessoa vai lá, tenta quebrar o sistema. Você se empolga, é divertido fuçar um sistema. Alguns se aquietam, conseguem uma máquina ficam com ela piratadamente. Eu conheço gente que usa uma máquina há mais de seis meses, que não é dele. A dona não usa, nem

sabe que ele usa e eles não se conhecem, o cara usa o nome dessa pessoa e consegue tudo que precisa da Internet.

ZERO - Quanto tempo demora?

Hacker - Da primeira vez nós levamos seis meses. Mas no início do ano, alguém que eu nem conheço descobriu por acaso que um dos computadores não tinha senha de acesso. E aí a notícia foi se espalhando e a gente ia trabalhando em cima, descobrindo coisas novas. Quando alguém descobre algo novo a notícia se espalha, há uma rede de informações informal ali no CTC, só de pessoas que que-rem entrar no NPD. Eu conheço umas dez pessoas que fazem isso. Estimo que dos alunos que traba-lham com computação uns 50% sabem como furar.

ZERO - É preciso ser um expert?

Hacker - Depende muito da pessoa. A maioria fuça horas, aprende na cara e na coragem, só mexendo, e isso leva algum tempo. Se a pessoa já sabe programar é mais fácil, ela consegue entrar no sistema e fazer o que quiser.

```
LEPACVEYEDD@BRUFSC lanep@brufsc 3/15/94 Contato/Doutorado
Jean-Marie Farines Multiple recipients 3/24/94 BOLSISTAS NO EXTERIOR
Jean-Marie Farines Multiple recipients 5/13/94 No subject
Carlos Alberto Mura lanep@BRUFSC 5/13/94 anuidade
norgarida Multiple recipients 5/19/94 No subject
Jin Hung luo Barbi 7/09/94 Follow up of 2 papers
Jaime Steckert Multiple recipients 10/21/94 Monitor de video Mercúles
Jose Antenor Ponili lanep@BRUFSC 10/24/94 Denizar
Fernando Soares dos LAMEP@BRUFSC 12/05/94 INTELEC 1995 / PESC 1995
BLINET list server Professores Lanep 12/07/94 Your subscription to list PREE
Roberto Rostiralla Professores Lanep 12/07/94 como usar a lista PREEL-L
Departamento de Apo Multiple recipients 3/10/95 FINANCIAMENTOS DE PESQUISAS
CATERREIRA@uol.com renes@brufsc 3/11/95 E-mail test from USA
SNT@BRUFSC LAMEP@BRUFSC > 6/06/95=Contas no IBM
SNT@BRUFSC LAMEP@BRUFSC > 6/06/95=Usuarios BLINET
SNT@BRUFSC LAMEP@BRUFSC > 6/06/95 Lista de usuarios LINUX
SNT@BRUFSC LAMEP@BRUFSC > 8/20/95 Information as per your reques
SNT@BRUFSC LAMEP@BRUFSC > 8/21/95=Information as per your reques
*** End of File ***
PF1=Help PF2=Read PF3=Quit PF4=Print PF5=Reply PF6=Forward
PF7=ScrollUp PF8=ScrollDown PF9=Discard PF10=SortUp PF11=SortDown PF12>Select
```

Hacker mostra que ninguém tem segurança na rede da UFSC

ZERO - O sistema do NPD não é seguro?

Hacker - Com os recursos que eles têm o sistema poderia ser muito mais seguro. É verdade que ninguém tem segurança total. O que pode ser feito é deixar tudo muito bem registrado para depois rastrear quem fez. O programa que controla todas as informações da UFSC tem um sistema de segurança. Mas ele não é eficiente, tem falhas. É justamente essas falhas que procura-

mos, elas servem de portas para acessar o sistema. A pouco tempo o NPD descobriu uma das portas, via FTP (um dos meios de acesso à Internet). Por ela nós tínhamos como acessar a máquina que gerencia as outras máquinas da UFSC, com acesso a senha de todas as pessoas que utilizam o sistema, desde alunos até o reitor. Agora eles fecharam essa porta. E toda vez que acontece eles têm que recadastrar todo mundo, perdendo muito tempo para isso.

```
USER CSJ6COG C84703 4M 4M GR 64
03280910
* 07/10/90 - ADMINISTRACAO - COORDENADORIA DE JORNALISMO
+JMS 03091621
INCLUDE SQLPCOG 03091621
ACCOUNT CSJ6COG C'senhã 03091621
***** @uol.com PSISNMC ADD 03091621
USER MAILER CRAPULA 4M 4M GR 64
03091621
* 23/11/89 - SUPORTE - EDISON MELO 03091621
INCLUDE ENPPROT 03091621
ACCOUNT NET4VMX0 EDISON 03091621
LINK MAILMENT 193 193 RR 03091621
* DISCO WORK 03091621
MDISK 191 5380 0235 005 XAPK01 MR MAILER MAILER
MAILER 03091621
***** @uol.com MAINT REP 03091621
USER MAILFWD CRAPULA 3M 3M-ABCDEG 64
03091621
* 11/10/90 - SUPORTE - JAIME STECKERT
```

O NPD atualiza diariamente um arquivo com todas as senhas do sistema, desde coordenadorias de curso até o diretor do NPD. Os micreiros só precisam descobrir como retirar esse arquivo via FTP (Internet).

NPD confirma

O vice-diretor do NPD, Márcio Selles, confirmou que no início de agosto todas as senhas foram trocadas para evitar o acesso dos hackers. Segundo ele, o sistema de um dos computadores principais da UFSC é muito antigo e não tem condições de oferecer boa segurança. Márcio lembra que há um ano o NPD conseguiu rastrear alguns rackers. "É muito difícil provar quem fez, por isso não se pode punir ninguém", disse.

"Do jeito que a rede está ligada na Internet, um cara que estiver lá nos Estados Unidos, pode entrar no sistema da UFSC", alerta André Mello, analista de sistemas do NPD. Segundo ele, faltam equipamentos e programas mais modernos. "Nós também estamos sobrecarregados com os trabalhos para administração da UFSC", completa Márcio.

furo na rede

ZERO AGO 95

3

Sérgio Severino

Paulo de Tarso

Empresas levam dinheiro fácil

guerra
fiscal

Governo empresta dinheiro de tributos sem juros e beneficia os grandes grupos econômicos

O governo PMDB/PFL é considerado "de continuísmo" pelos partidos de oposição na Assembleia Legislativa - basicamente pelo PT. Pelo menos no que se refere à política de incentivos fiscais isso é verdadeiro. O governador Paulo Afonso Vieira (PMDB) precisava de uma arma para entrar na "guerra fiscal" entre os Estados, pela atração de investimentos de grandes empresas nacionais e estrangeiras. Mandou, então, ao Legislativo, um projeto de lei (aprovado) fazendo apenas algumas alterações no Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Prodec -, que há sete anos vem beneficiando grandes grupos econômicos de Santa Catarina.

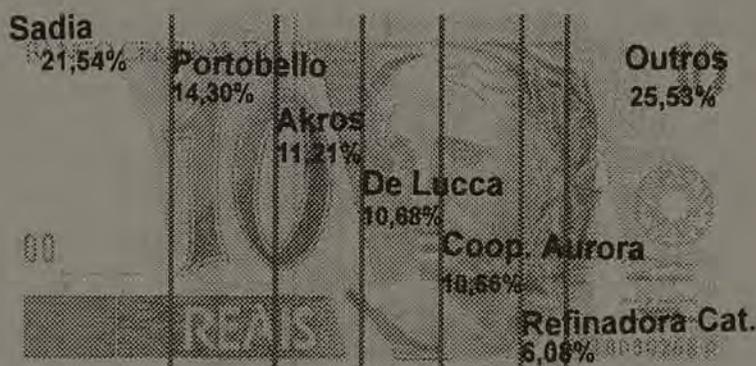
Um dos objetivos do programa é promover a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas. Mas os números dos últimos anos revelam outra realidade. Apenas cinco empresas abocanharam 71% de todo o dinheiro liberado pelo Prodec, nos últimos cinco anos. As 10 mais aquinhoadas levaram 87,7%. As outras 21 empresas inscritas dividiram os 12,3% que sobraram. A Sadia, de Concórdia, é a primeira da lista dos empréstimos, tendo recebido R\$3,15 milhões - 21,54% de todo o montante emprestado pelo Estado de 1990 a 1994. A Cerâmica Portobello, de Tijucas, recebeu R\$2,09 milhões (14,3%); seguida pela Akros Indústria de Plástico, de Joinville, R\$1,64 milhão (11,21%); Cerâmica De Lucca, de Criciúma, R\$1,56 milhão (10,68%) e Cooperati-

va Central Oeste Catarinense, de Chapecó, que levou R\$1,55 milhão (10,66%). Os dados são do próprio governo do Estado e só foram mostrados a pedido do deputado Carlito Merss (PT), quando da tramitação do novo projeto Comissão de Finanças da Assembleia.

A principal mudança feita pelo novo governo foi o aumento do período em que as empresas podem tomar "emprestado" o dinheiro público, de cinco para 10 anos, contado do início das atividades do novo empreendimento. O Estado devolve à empresa, durante 10 anos, uma parte do ICMS que, pressupõem-se, o novo investimento vá gerar. No primeiro ano, a empresa fica com 75% do montante que deveria repassar ao Tesouro do Estado. No segundo ano, fica com até 70%, no terceiro, até 60%, no quarto, até 50%, e nos últimos cinco anos a empresa se apodera de 40% do imposto gerado. Como a verba emprestada tem que constar do orçamento, é o Tesouro do Estado que responde pela quantia correspondente. O montante do empréstimo não pode ultrapassar a 70% do valor do investimento, e o prazo para início da amortização (pagamento) - sem juros - da dívida será definido no regulamento do programa, não podendo exceder a cinco anos. O regulamento é que vai determinar as condições para o enquadramento das empresas no Prodec. Por tratar-se de regulamentação de uma lei, não passará pelo crivo do Legislativo, sendo elaborado pelo governador.

Mesmo se passasse, os deputados de oposição pouco poderiam alterá-lo. O governo viu aprovadas todas as matérias de seu in-

Divisão dos Recursos do PRCDEC



Fonte: Sec. de Estado da Tecnologia, Energia e Meio Ambiente

teresse desde o início do ano. Não foi diferente com o Prodec. O deputado Carlito Merss tentou. Apresentou cinco emendas para "democratizar" a administração do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - Fadesc. Foram aprovadas na Comissão de Finanças, inclusive com o voto dos governistas. Mas acabaram ficando de fora do parecer do relator do projeto na Comissão de Justiça, deputado Ciro Roza - líder do PFL, partido que compõe o governo do Estado. Na votação e plenário, as propostas do petista foram derrotadas, inclusive com os votos contrários dos governistas que as haviam aprovado, na comissão. Merss pretendia criar uma comissão fiscalizadora das ações do Conselho Deliberativo que vai administrar o Fadesc, composta por um representante da Assembleia Legislativa, um do Ministério Público e outro do Tribunal de Contas do Estado. Outra emenda exigia que a Secretaria do Desenvolvimento Econômico encaminhasse

ao Legislativo estadual, anualmente, um relatório "circunstanciado" das atividades do Prodec e Fadesc, com o nome das empresas beneficiadas, valores liberados e amortizações realizadas. Todas rejeitadas em plenário. Aprovada nem mesmo a emenda que incluía a Federação das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - Fampesc - no Conselho Deliberativo.

A composição do Conselho que administra o Prodec pode ser elucidativa para se compreender porque apenas grandes empresas têm acesso aos empréstimos. Além de três secretários de Estado e dois representantes dos bancos regionais de desenvolvimento (Badesc e BRDE), compõem o Conselho um representante da Organização das Cooperativas do Estado (Ocesc), um da Federação do Comércio (Fecomércio), um da Federação da Agricultura (Faesc) e um representante da Federação das Indústrias (Fiesc).

mais R\$ 90 milhões

Tendo emprestado R\$ 14,6 milhões nos últimos cinco anos, restam ainda cerca de R\$ 90 milhões a serem divididos entre as grandes empresas instaladas em Santa Catarina. A cervejaria Brahma já recebeu R\$ 1 milhão e está na fila de espera para mais R\$60 milhões. A Cerâmica Portobello - que já recebeu R\$ 2 milhões - está esperando mais R\$12 milhões, a Cooperativa Central do Oeste, R\$ 7 milhões, e a campeã, Sadia, mais R\$1,3 milhão. A Sadia é a primeira na lista das mais abastecidas pelos empréstimos do governo do Estado nos últimos anos - R\$3,1 milhão.

Para liberar os recursos, o governo precisa incluir os valores no orçamento do Estado. A suplementação orçamentária tem que ser aprovada pela Assembleia Legislativa. A primeira parcela, aprovada no primeiro semestre, foi de R\$ 15 milhões, e suscitou a discussão sobre a necessidade de fiscalização na escolha das empresas que podem ter acesso aos recursos do Prodec.

O deputado Carlito Merss (PT) apresentou emendas para alterar o projeto que criou o Prodec, mas ressalta que não é contra a idéia. "Ninguém é contra o Prodec. Eu acho mesmo que o Estado tem que participar". Mas observou que, do jeito que está, o Prodec acaba concentrando renda. "As grandes empresas tem outras formas de conseguir empréstimos". Para ele, a derrubada das emendas que tentavam "democratizar" o programa "é um indício de que o dinheiro público continuará indo para os grandes grupos econômicos".



Merss (PT) antecipa que vai fiscalizar distribuição de recursos

ZERO
AGO
95

Paulo
Henrique



Paulo de
Tarso

Partidos brigam pelo TCE

Cargo é estratégico para a aprovação de contas das prefeituras de SC

O ano não tem eleição e o Tribunal de Contas do Estado não tem vida política, mas há tempos os outros frequentadores da Praça Tancredo Neves não faziam tanta agitação por um cargo público. Em um mês e meio de negociações - algumas escondidas, outras nem tanto - projetos foram desarquivados, o bloco governista se desentendeu, partidos brigaram entre si, a Constituição Estadual foi questionada e os funcionários públicos se rebelaram. Tudo aconteceu por causa do PMDB que, pela primeira vez, tem a chance de ocupar a vaga de conselheiro.

Embora a Constituição Estadual obrigue o escolhido a deixar todos os vínculos partidários, o PMDB não abre mão de uma candidato só seu. Nas palavras do líder do partido na Assembleia, Manoel Mota, a gula do partido fica clara: "O PMDB tem 106 das 260 prefeituras do estado. Esta é a forma de discutir de igual para igual as contas das nossas administrações", disse o deputado. A importância da vaga pode ser avaliada pelos números apresentados pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina (Sintespe), Antônio Battisti: "Em

1993, das 240 contas municipais rejeitadas pelos auditores e técnicos, apenas 60 foram confirmadas pelos conselheiros durante o Pleno". Enquanto isso, a oposição reclama: "O fiscalizador não pode ser indicado pelo fiscalizado", diz o deputado Carlito Meres, do PT.

Conchavo - O PFL, que dá apoio ao governo na Assembleia, aceitou apoiar o PMDB num acordo secreto. A condição é que, numa próxima vaga, os peemedebistas apoiem um candidato pefelista. Mas o acerto deixou de fora o PSDB e o PDT, que também dão apoio ao governo de Paulo Afonso. Revoltados com o descaso com que foram submetidos, os partidos resolveram se unir com parte da oposição, o PT. Logo após as três siglas receberam apoio dos funcionários do Tribunal, que há dez anos estão querendo mudar a forma de ocupação do cargo. A grande brigadeles é tentar tirar o caráter político da escolha de um conselheiro. Os funcionários pretendem incluir um nome de dentro do Tribunal para concorrer ao cargo.

A idéia não é nova dentro do TCE. Em 1985 o então deputado estadual Edison Andriano (PMDB) apresentou uma proposta para mudar o sistema de eleição que, na época, era



Escolha do conselheiro gera confusão entre as siglas

feito através da escolha livre do governador. "Estranho que hoje o mesmo PMDB está querendo manter o método de eleição", compara o presidente do Sintespe. Na promulgação da Constituição Estadual de 1989 ficou decidido que a escolha seria alternada entre o Palácio do Governo e a Assembleia. Em 1990 um conselheiro se aposentou compulsoriamente aos 70 anos e convocou-se a eleição que levou Salomão Ribas Jr. ao TCE. Nesta época, o deputado Afonso Spaniol criou um projeto de lei que instituiu concurso público para o Tribunal, que logo foi arquivado. Agora, fora da gaveta, ele vem reforçar o artigo 61 da Constituição, que diz que todo cargo público deve ser preenchido através de concurso.

Alternativa - Mas como mudar a lei estadual não é uma coisa muito fácil, há uma outra tentativa. Dentro da Assembleia existe uma resolução, a 48/90, que define o encaminhamento do processo dentro do Poder Legislativo. O presidente recebe a comunicação do TCE, publica no Diário da Assembleia, institui-se uma comissão que analisa os currículos e faz-se a eleição, em dois turnos. O vencedor é o que conseguir maioria absoluta no primeiro ou 21 votos no segundo.

Os parlamentares adeptos do concurso público encaminharam uma proposta de resolução que continuaria deixando a Assembleia encarregada da ocupação da vaga. Mas de acordo com o projeto ela seria a responsável pela administração dos testes. O difícil é aprovar uma medida destas, já que o PMDB, PFL e PPR somam 30 dos 40 deputados da Assembleia. A oposição contabiliza seis votos. Mas mesmo se a questão não passar, a discussão vai continu-

ar com o recém-fundado Fórum para a Democratização do TCE. Neste sentido, alguns deputados do pró-prio PMDB também já admitem alternância entre concurso e escolha da Assembleia.

Mesmo com todos estes esforços ainda existem dissidências dentro da oposição. O Sintespe não concorda com a escolha de um técnico do Tribunal, mas quer mudar a Constituição. O PT quer o técnico ou vai se abster da votação parlamentar. O PDT quer o concurso público, pediu o desarquivamento de um projeto mas, ao mesmo tempo, escolheu o ex-deputado federal Décio Knopp para participar da eleição da Assembleia. E ainda está prometendo mais dois nomes para a disputa. Nesta confusão toda o PPR não se manifestou, deixando para mostrar seu candidato na última hora, sem risco de desgastes.

Qualquer cidadão pode concorrer, desde que siga o artigo 61 da Constituição do Estado. Os pré-requisitos são conhecimento contábeis, jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública há mais de dez anos; idade entre 35 e 60 anos; idoneidade moral e reputação indiscutível. Não é preciso ter nível superior. O cargo a ser ocupado não pode ser mais tentador: dois meses de férias por ano, validação do tempo de serviço de outros cargos públicos, gabinete com cargos comissionados, R\$ 6,1 mil por mês fora os 6% somados a cada triênio, salário vinculado ao de desembargador - que é vinculado ao de deputado estadual, vinculado ao de federal - e irredutibilidade de vencimentos. Mas é o tal negócio: a Constituição não permite vínculo eleitoral.

disputa política

ZERO
AGO
95

5

Cargo vitalício

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina foi criado em 1956 para acompanhar os atos de todos os órgãos da administração pública catarinense. Ele é responsável principalmente pela verificação dos orçamentos municipais e estaduais. Para isto, analisa a legitimidade de editais, licitações, contas mensais e anuais, convênios e empréstimos. A auditoria tanto pode ser feita através da remessa obrigatória de documentos ao Tribunal como pode ser deslocada para o município ou órgão em questão. Qualquer pessoa física e entidade pública ou privada que utilize, guarde, gere, arrecade ou administre dinheiro ou valores públicos deve prestar contas ao TCE.

Depois do exame técnico, o processo é entregue a um conselheiro relator, que dá seu parecer sobre o trabalho dos auditores. Ele é encarregado, também, de apresentar o trabalho aos outros seis conselheiros. Depois disso, as contas são levadas ao Pleno - que é a aprovação em si. Em Santa Catarina, os conselheiros são indicados alternadamente pelo governador e pela Assembleia Legislativa.

No Paraná o processo é semelhante, mas nem todos os conselheiros escolhidos dormem tranquilos à noite. Na página 56 do livro "O Estado e a Sobrevida da Corrupção", editado pelo Tribunal de Contas paranaense no ano passado, o conselheiro João Féder se pergunta como vai explicar aos seus netos sua nomeação para um cargo público vitalício sem concurso.



Flávia Rodrigues

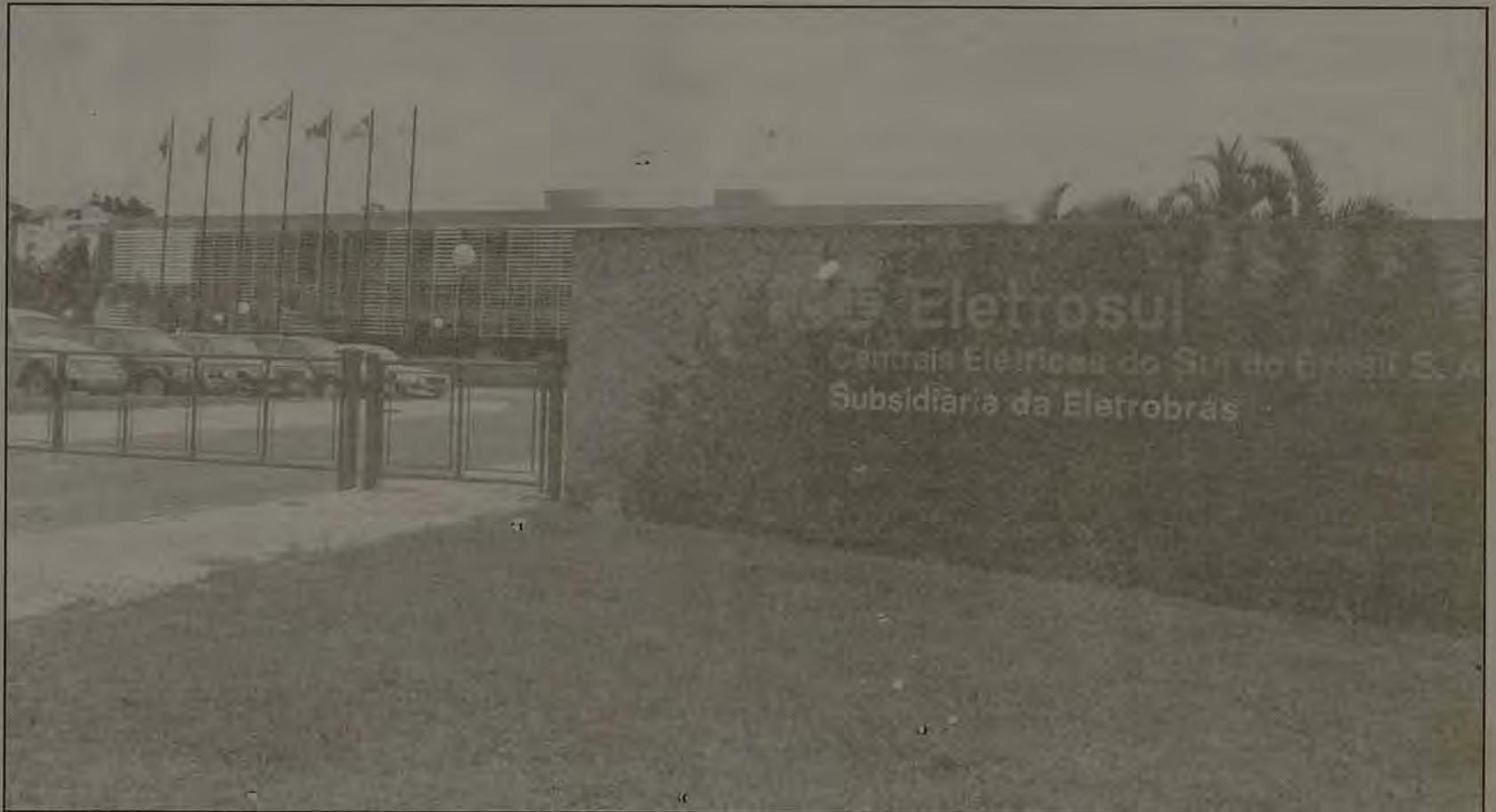


Marcelo Santos

Eletricidade deve ficar mais cara

Países como a Inglaterra já chegam a discutir a reestatização

**Pra
Inglês
ver**



ZERO
AGO
95

Dívida do setor elétrico chega a US\$ 16 bilhões. É preciso investir mais de R\$ 6 bilhões nos próximos 15 anos

Fa que e costume aqui apontar os modelos praticados no Primeiro Mundo como exemplos, pode-se dizer que, ao privatizar o setor elétrico nacional, incluindo a Eletrosul, o governo brasileiro está fazendo algo que nem inglês quer mais ver. Segundo pesquisas publicadas na revista britânica *The Economist* na segunda semana de março deste ano, dois terços da população da Inglaterra, considerada a terra natal do modelo privatizador, são a favor da reestatização das companhias de água e energia elétrica. Somente um quarto dos ingleses considera positiva a venda do setor elétrico.

Essa rejeição britânica não tem origem num debate ideológico de esquerda, mas em fatos concretos e econômicos. Segundo Marciano Morozowski Filho, professor do Laboratório de Planejamento de Sistemas de Energia da UFSC, a tarifa inglesa ficou mais cara com o fim do subsídio estatal: "antigamente a taxa de retorno do setor elétrico britânico não passava de 8%, às vezes até 5%. Com a privatização, essa taxa passou para até 12%. Isso resultou num aumento de 45% a 50% na tarifa. É o que vem acontecendo com os serviços privatizados no mundo inteiro, apesar das promessas dos economistas brasileiros de que tudo será "melhor e mais barato".

O problema não é só o quanto vai se pagar, mas também quantos terão condições de usufruir o sistema. Na Argentina 200 mil consumidores de baixa renda ficaram sem energia elétrica só na Grande Buenos Aires, em consequência da privatização. Entre 90 e 92 a tarifa argentina passou de 22 para 77 dólares por megawatt/hora. O próprio presidente Carlos Menem teve que intervir. O presidente do Sindicato dos Eletricistas de Santa Catarina, Mauro Passos, estima que no Brasil o setor tenha 20 milhões de consumidores de baixa renda. Em Santa Catarina, são 200 mil. "Aqui eles pagam cinco vezes menos que o consumidor comum por causa da tarifa subsidiada".

Descontrole- A discussão não se restringe à tarifa. O governo brasileiro consegue atender 92% das localidades do país com energia elétrica exatamente porque coloca instalações desse tipo em lugares não rentáveis do ponto de vista econômico. Abastecer a zona rural catarinense custa, segundo a Celesc, entre 30% e 40% mais que a urbana. Esse sistema atende a 30 mil famílias no estado.

Ainda deve-se somar a isso o possível desemprego no setor. Passos estima em 20 mil os em nível nacional, 1.700 em Santa Catarina. Isso representa cerca de metade do quadro existente. Segundo ele, as demissões não têm nada a ver com empreguismo e incompetência. "Vão sobreviver somente os cargos ligados estritamente à

A privatização do setor na Argentina deixou 200 mil consumidores sem energia elétrica

produção. Áreas de planejamento, engenharia e pesquisa não-vinculada diretamente à receita de-
vem desapa-recer", disse.

Um dos principais argumentos em favor da privatização é a falta de recursos estatais para investir em expansão. Além disso, o setor deve US\$ 16 bilhões aos bancos internacionais. Há previsões que apontam para uma crise de abastecimento de energia daqui a cinco anos. Ou menos. Segundo o governo, são necessários entre R\$ 6 e R\$ 7 bilhões em investimentos até 2010 ou 2015. Teriam que ser aplicados R\$ 3 bilhões ao ano, quando mal se consegue R\$ 1,4 milhões.

O que se esquece, ou se omite, é que o estado subsidia a tarifa das indústrias que, segundo Mauro Passos, é três vezes

mais barata que a dos consumidores. "Só no ano passado foram R\$ 8 bilhões de incentivos, mais que o suficiente para cobrir a necessidade de expansão", acrescenta Morozowski.

Mesmo considerando que se deve buscar recursos fora do governo, não é fácil incentivar a iniciativa privada a isso. O investimento em novas usinas é alto - só a construção da hidrelétrica de Itá custa cerca de R\$ 650 milhões - e o retorno não vem em menos de 10 ou 15 anos. "Nenhum empresário gosta de investir nessas condições" diz Passos. Mesmo que o governo obrigue a iniciativa privada a uma cota de investimento, nada garante que os recursos serão usados no setor elétrico.

Em relação às empresas que já manifestaram interesse em obras, como a construção da usina de Jacuí, no Rio Grande do Sul, o governo de estaria cedendo seu patrimônio por um preço muito menor e sem o retorno devido: "O estado já investiu R\$ 500 milhões em Jacuí e a iniciativa privada entraria com os R\$ 200 milhões que faltam, mas sem a obrigação de devolver o dinheiro já gasto. Eles teriam um grande patrimônio e fonte de energia para suas indústrias por um custo muito mais baixo". A Excelsa, estatal do Espírito Santo, foi privatizada por R\$ 358 milhões, mas segundo os sindicatos valia R\$ 716 milhões.



**Alexandre
Winck**



**Paulo de
Tarso**

Fórum debate normas ISO 9000

Número excessivo de instituições certificadoras dificulta padrão internacional

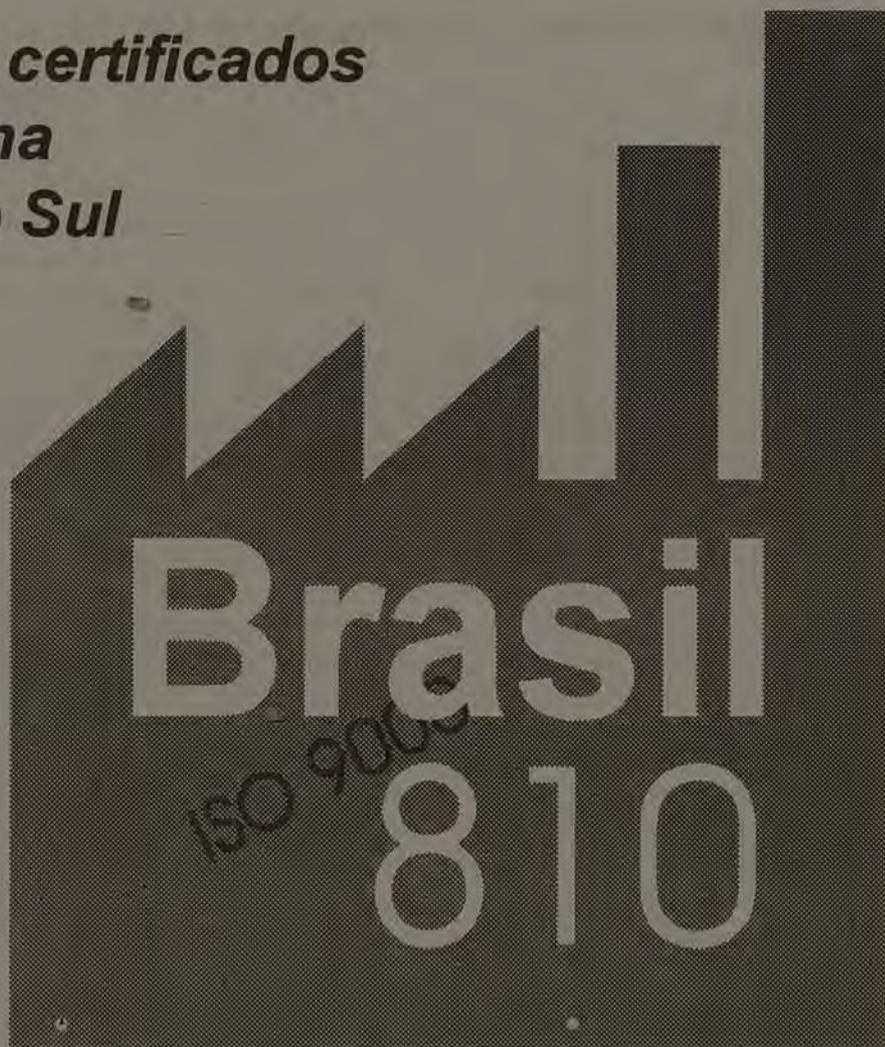
Criadas em 1987 para controlar e estabelecer padrões de qualidade internacionais, as normas da série ISO 9000 tornaram-se febre no Brasil. Nos últimos cinco anos, 810 certificados foram concedidos a empresas brasileiras, 14 deles em Santa Catarina. No entanto, o fato de ter um certificado não garante a sua aceitação no mercado externo. Agora, um grupo de 12 países, entre eles o Brasil, estuda a criação do IAF, sigla em inglês do Fórum Internacional de Certificação. O IAF reuniria os sistemas de certificação existentes em cada país para, dessa forma, reconhecer todos os certificados emitidos por eles entre os países participantes.

No Brasil, há o Sistema Brasileiro de Certificação, que reúne seis institutos certificadores controlados pelo Inmetro, Instituto Nacional de Metrologia, Controle e Qualidade. Existem, porém, em torno de 16 outros institutos que não pertencem ao SBC. No caso da criação do IAF, estes institutos teriam de se submeter a auditoria do Inmetro para garantir o seu reconhecimento. Segundo Waldir Algerte, coordenador do Comitê Brasileiro de Qualidade, isso acontece porque muitas organizações certificadoras são multinacionais.

Hoje, uma empresa que

Número de certificados entregues na América do Sul

Argentina
Colômbia
Chile
Venezuela



excesso qualidade

Fonte: CB-25

ZERO
AGO
95

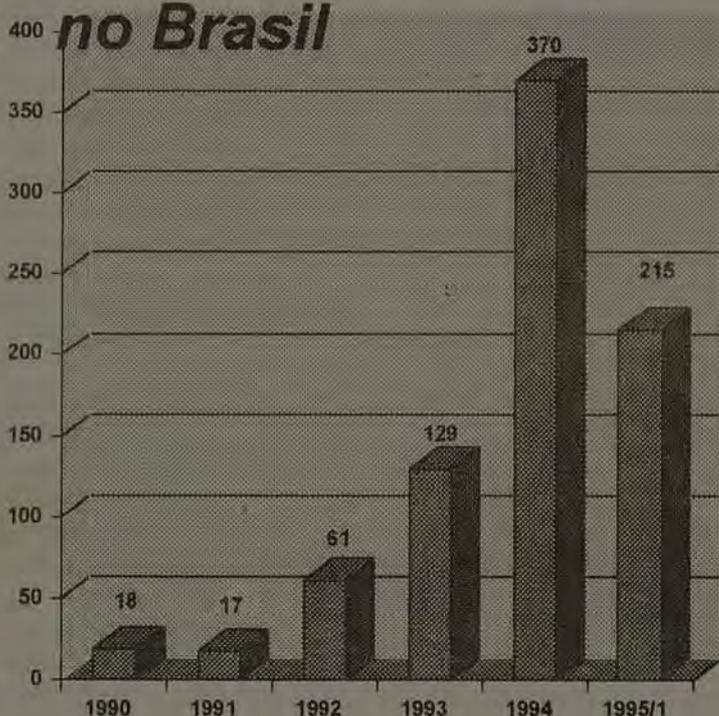
queira obter um certificado escolherá no mercado um instituto para realizar a auditoria, que deve ficar em torno de R\$ 10 mil. Este ano, até agosto, foram emitidos 215 novos certificados da série ISO 9000 no país. A continuar a tendência desse número dobrar a cada ano, em breve o Brasil estará a frente de países como o Canadá e o Japão. É fácil entender os motivos desse crescimento. Desde 1990 o governo brasileiro e suas empresas só assinam contratos com quem tiver o certificado, como forma de estimular a melhora na qualidade da indus-

tria nacional. Multinacionais instaladas no país, como as montadoras de automóveis, tem o mesmo nível de exigência. Além disso, o mercado internacional tem ficado cada vez mais exigente. Na atual conjuntura, com o câmbio desfavorecendo a indústria exportadora, a regra é básica: quem não tem preço, ao menos precisa ter qualidade.

Na verdade, ISO é a sigla de International Organization for Standardization, responsável pela criação e sistematização das normas. Existem especificações para quase todos os tipos de ativi-

dade industrial. No Brasil, a adaptação das regras fica a cargo da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Além disso, há ainda os códigos que especificam que fases da produção possuem qualidade total. O código ISO 9001, por exemplo, certifica a qualidade desde o projeto até a inspeção final do produto. Já o ISO 9002 certifica apenas a linha de produção e o produto final, enquanto o ISO 9003 leva em consideração somente a inspeção final. Ao IAF devem ainda juntar-se as grandes indústrias automobilísticas.

Certificados distribuídos no Brasil



Fonte: CB-25

padrão ambiental

A fim de controlar a qualidade da produção em termos de conservação ambiental, está sendo criada a série de normas ISO 14000. O novo conjunto de critérios pretende fazer com que as empresas se vejam obrigadas a adotar políticas de proteção ao ambiente devido as forças do mercado. Inicialmente previstas para este ano, as novas normas devem aparecer apenas em 96 devido a dificuldade em se estabelecer padrões internacionais.

Em Santa Catarina, o Departamento de Engenharia Sanitária da UFSC e a Fiesc/Senai criaram o PQAIC, Programa de Qualidade Ambiental na Indústria Catarinense. O programa procura adequar as empresas catarinenses a futura série ISO 14000. Atualmente o PQAIC está procurando sensibilizar os empresários da necessidade de prevenção da poluição. As indústrias que aderirem ao programa passarão por cinco estágios. Além dos recursos das instituições, as empresas também contribuirão com uma taxa de adesão e o pagamento de mensalidades.

Baseada na experiência inglesa de gestão ambiental, a ISO 14000 traz o conceito de reduzir a poluição ainda na origem, e não no tratamento de afluentes. Segundo o professor Fernando Sant'Anna, responsável pelo PQAIC na UFSC, além de diminuir o impacto ambiental as empresas terão retorno financeiro, com a redução de custos.



Gladinston
Silvestrini

Secretaria não cobre rômbo no SUS

Falta de investimentos e mau gerenciamento de recursos descontentam médicos, que ameaçam parar

Saúde
baixa

A tentativa do governo federal em melhorar a saúde pública com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988, está fracassando em Santa Catarina. O número de usuários aumentou e o investimento do Estado, maior financiador, não acompanhou o mesmo ritmo. A parcela da população que ficava marginalizada, por não contribuir com o INPS, adquiriu o direito de recorrer aos hospitais públicos com a implantação do SUS. Dados cruzados do IBGE e da Secretaria Estadual de Saúde indicam que dos mais de 900 mil segurados do INPS em 1988, a rede pública de saúde passou a ter que "garantir atendimento" a cerca de 80% da população atual do estado, cerca de 3,8 milhões de pessoas. Além disso, paga-se hoje 50 dólares por habitante, quando a estimativa mínima é de 180 dólares/pessoa.

Um dos maiores problemas é a defasagem da tabela de pagamentos de serviços do SUS. Os médicos recebem míseros R\$ 2,04 por uma consulta. Atendimento clínico com observação: cinco reais. Parto: 130 reais. Como essas cifras não cobrem os custos,

alguns hospitais resolveram cobrar a diferença do usuário. Mas uma ação civil pública obrigou-os a voltar atrás. Proibidos de receber o dinheiro, muitos médicos recusam-se a atender conveniados por tão pouco. O presidente da Federação Nacional dos Médicos, Eurípedes Carvalho, e confirmou que se o valor das consultas não for aumentado para pelo menos dez reais a categoria pode entrar em greve. A paralisação está prevista para o dia 18 de outubro, Dia do Médico.

O mau gerenciamento dos recursos da saúde somados a essa diferença entre o que se gasta e o que se recebe do SUS provocaram um rômbo nas contas da Secretaria Estadual de Saúde. O déficit é de 4,5 milhões de reais por mês. Só o Hospital Regional de São José é responsável por 23% do déficit médio. Outro agravante é o famoso atraso no pagamento. Os fornecedores aumentam os preços e fica mais complicado cobrir as dívidas.

Para complicar um pouco mais, o número de AIHs (Autorizações de internação hospitalar) foi reduzido em março. Por ordem do Ministro da Saúde, Adib Jatene, o percentual que era de 10% da po-

pulação, passou para 9%. Com isso, o estado teve duas mil autorizações cortadas. O ministro manteve a determinação porque considerou que as autorizações não eram necessárias, já que não houve reclamações.

Mesmo assim, a diretoria de um hospital de Tubarão suspendeu o atendimento pelo SUS alegando falta de AIHs. O Nossa Senhora da Conceição ultrapassou a cota em 629 autorizações. O problema, segundo a diretoria, é que os municípios da região administram mal o número de AIHs e em Tubarão não há atendimento básico durante todo o dia.

O que a direção do Nossa Senhora da Conceição observou a população sente todas as vezes que precisa de atendimento. Apesar de existirem 48 centros de saúde em Florianópolis, praticamente um para cada localidade, os postos não funcionam como deveriam. São fechados à noite e nos fins de semana e faltam servidores e médicos. Resta à população migrar para as emergências dos hospitais e superlotar os corredores. É o mais alarmante é que 80% dos casos poderiam ser resolvidos em ambulatórios.

Mas o grande vilão da crise na



Depois de esperar 90 dias em Lages Inair veio à capital engessar a perna

saúde é consequência de uma falha no processo de municipalização. Quando o projeto começou, o governo federal repassou aos estados, e depois aos municípios, a responsabilidade de gerenciar e

financiar parte do sistema. Só que a administração dos recursos financeiros não veio junto. O que na prática faz com que os hospitais e postos de saúde continuem dependentes da Secretaria Estadual de

Saúde. O ex-governador, Wilson Kleinubing, também contribuiu para isso e concentrou na Secretaria todo o Departamento de Compras dos Hospitais.

Para evitar gigantismos como esse está sendo testada uma versão radicalizada do SUS. Na chamada gestão simplificada os municípios ficam responsáveis pela administração de todos os recursos da saúde, sem nenhuma interferência do estado. Se o modelo for adotado na maioria dos municípios, a Secretaria Estadual de Saúde ficará apenas com a função normativa. Por enquanto, só Blumenau, Jaraguá do Sul e Joinville fazem parte da lista nacional

que tem 43 cidades. O que corresponde a 1,1% dos municípios de Santa Catarina que estão entre os três tipos de administração (incipiente, parcial ou simplificada).

Falta de funcionários contribui com colapso

Além dos poucos recursos e do crescente processo de sucateamento, a saúde pública em Santa Catarina sofre com um problema que não poderá ser resolvido a curto prazo ou com alguma solução "milagrosa": a falta de funcionários. A escassez de técnicos e auxiliares de enfermagem mantém fechados mais de 800 leitos em perfeitas condições de uso na rede hospitalar do estado. O governador Paulo Afonso tentou reverter a situação autorizando a contratação, sem concurso público, de 1.303 funcionários para a saúde, mas não conseguiu preencher nem a metade das vagas e causou uma demissão em massa na rede municipal.

Sentada em uma cadeira de ferro na emergência do Hospital Florianópolis, a dona de casa Elivete Prazeres tenta chamar a atenção de um dos apressados enfermeiros que passam pelo corredor. Ela quer ajuda para levar seu irmão ao banheiro. Elzo Prazeres é diabético e há dois dias dorme em uma maca estreita no canto

direito do corredor. De um lado, a sala de pediatria, de onde vem o som de um constante choro de criança, do outro, uma carrinho de mão enferrujado, com várias ferramentas de pedreiro, que ninguém sabe bem o que está fazendo ali, em uma emergência de hospital. Os enfermeiros não dão atenção a Elivete. O dia está movimentado. Enquanto ela resmunga que o que desejava era ter um quarto para internar seu irmão, 76 leitos novos, que ainda não foram inaugurados, estão fechados no Hospital Celso Ramos.

A cena se repete todos os dias na rede pública. Não existem funcionários para colocar em atividade todos os leitos que o estado dispõe. Não há mão de obra suficiente para ocupar todos os cargos, e a que existe geralmente migra para a iniciativa privada. Em Florianópolis, por exemplo, apenas duas escolas formam técnicos de enfermagem, principal escassez na rede. Em uma delas, o estudante pre-

cisa pagar cerca de R\$ 100 mensalmente durante três anos para depois que se formar "ganhar pouco e trabalhar muito", como diz Rosa Azevedo, uma auxiliar de enfermagem da rede pública. Ela explica, ao seu ver, porque não existem mais profissionais na saúde. "Trabalho seis horas por dia com o que há de mais horrível na vida. O tempo todo eu vejo as pessoas sentindo dor, sofrendo, com as piores doenças, para chegar no final do mês, depois de fazer dezenas de horas extras, e ganhar R\$ 600"

Milagre - No dia 23 de Junho em uma cerimônia que reuniu dezenas de pessoas na Secretaria de Saúde, Paulo Afonso Vieira assinava a medida provisória 63/95, autorizando a contratação de 1.303 funcionários, a grande maioria técnicos e auxiliares de enfermagem (1260). Ao seu lado, sorridente, o secretário da pasta, Ronald Friúza, anunciava o milagre. "Vamos reabrir o equivalente a três grandes hos-

pitais". Passados dois meses pouco coisa mudou, e o que mudou foi para pior. O estado vai conseguir reabrir alguns leitos, mas em contra partida postos de saúde estão fechando turnos e diminuindo o número de atendimentos.

A abertura de vagas na rede estadual causou uma demissão em massa na rede municipal de saúde em Florianópolis. Um mês após a assinatura da MP, a Secretaria de Saúde da capital contabilizava um total de 56 pedidos de exoneração entre os técnicos e auxiliares de enfermagem (41% do quadro). Incentivados pelo salário oferecido pelo estado - o dobro que o do município - e pela facilidade em assinar o contrato, os funcionários começaram a deixar os postos de saúde. A prefeitura tentou amenizar o problema oferecendo uma gratificação de 50% sobre os vencimentos, mas o sindicato ameaçou greve caso a bonificação não fosse estendida a todos e o governo municipal recuou.

Médicos do interior cobram caro e pacientes invadem as emergências de Florianópolis

Deitada na ambulância, em frente ao Hospital Universitário, a agricultora Inair Rosa de Moraes, 46 anos, reza com a esperança de conseguir um médico para engessar sua perna, quebrada há 90 dias durante um acidente automobilístico. Marido e filho tentam explicar a situação para a funcionária da emergência, que escuta novamente a triste história dos pacientes que são despachados para Florianópolis pelas secretarias de saúde municipais. "Essa é nossa última chance de conseguir atendimento. Em Lages ela já ficou dois meses internada no hospital Nossa Senhora dos Prazeres e médico avisou que só faria alguma coisa se o serviço fosse pago. Estamos aí fora com uma ambulância de Campo Belo do Sul, emprestada pelo prefeito de nossa cidade". A situação causa desconforto para os médicos do H.U., que estão com emergência lotada e sem ortopedista de plantão. Dona Inair teve que bater em outro hospital da capital, o Celso Ramos, e depois de três meses convivendo com a fratura vai para a mesa de cirurgia. Os médicos vão quebrar sua perna novamente, já que tanto tempo sem atendimento provocou uma calcificação no lugar errado.

O vaivém de ambulâncias do interior virou rotina nos hospitais de Florianópolis. De acordo com um levantamento extra-oficial feito pelos funcionários das emergências da cidade cerca de 20 pacientes chegam diariamente em carros das prefeituras. "O principal problema é que as secretarias de saúde municipais não comunicam o envio de pacientes para nós", explica a vice-diretora do H.U., Marluccia Grace Brusa. Para resolver esse tipo de

problema a direção do hospital em conjunto com o reitor da UFSC elaborou um documento, enviado às prefeituras do interior do estado no mês de julho, apontando uma série de medidas prévias antes do envio dos pacientes para a capital. Entre as recomendações eles pedem que essa medida seja tomada apenas em casos graves, que não possam ser tratados nos hospitais do interior, e comunicada antes para que se possa preparar uma recepção para o doente. Durante o primeiro mês após o comunicado o problema diminuiu, mas agora a situação está voltando a preocupar os diretores dos hospitais.

Um exemplo de que esse tipo de "solução" ainda é rotineiro são os 14 mil quilômetros percorridos pela ambulância do município de Urussanga, Sul do Estado, no primeiro mês de uso. "Tem dia que eu chego a trazer 10 pacientes de uma só vez para Florianópolis ou Porto Alegre", revela Francisco Machado, 33 anos, há dois como motorista da secretaria de saúde. Ele explica que várias pessoas procuram a prefeitura tentando uma vaga na ambulância para serem atendidos em Florianópolis, já que os hospitais da região estão querendo cobrar pelos serviços. "O negócio dos médicos lá é dinheiro", dispara. Reforçado a sua tese, a paciente do dia explica que foi obrigada a operar sua pedra na visícula em Florianópolis porque os médicos de sua cidade queriam cobrar R\$ 300 pelo serviço. Interrompendo a conversa o motorista da ambulância liga o carro e se desculpa. "Estou com pressa, afinal devo fazer mais umas duas viagens hoje".

Saúde
baixa

ZERO
AGO
95

ZERO
AGO
95



Déficit do Sistema Único chega a R\$ 4,5 milhões por mês.



Ambulâncias trazem pessoas de todas as cidades do interior

Luciane
Lemos
Diógenes
Botelho
Yan
Boechat

Paulo de
Tarso

Ajuda a drogados esbarra em lei federal

guerra
das
agulhas

Gapa quer distribuir seringas para impedir o avanço da Aids entre os consumidores de drogas injetáveis

No início deste mês a Polícia Federal abriu um inquérito contra a presidente do Gapa (Grupo de Apoio e Prevenção à Aids), Helena Pires, porque ela estaria distribuindo seringas descartáveis para usuários de drogas injetáveis. O Confen (Conselho Federal de Entorpecentes) havia autorizado em setembro do ano passado a troca de seringas usadas por novas. Mas o projeto não chegou a ser posto em prática porque contraria a legislação vigente no país. O Gapa passou a distribuir seringas para tentar reduzir o número de pessoas contaminadas pelo vírus da Aids devido ao uso de drogas injetáveis. Entre 1984 e agosto de 1995, 42,3% dos casos registrados em Santa Catarina foram de usuários desse tipo de droga. É o mesmo percentual de doentes por transmissão sexual.

Segundo o assessor de comunicação da PF, Ildo da Rosa, além de ilegal a ação não surtiria efeito. Só neste ano já foram apreendidas cerca de 3 milhões de doses de cocaína em Santa Catarina. Cada dose é vendida por R\$ 15,00 e contém 0,5 e 0,8 gramas da droga. A seringa, que pode ser facilmente adquirida em qualquer farmácia, custa R\$ 0,50.

"No momento a instituição não tem infra-estrutura para desenvolver um programa eficaz contra as drogas injetáveis e a possível contaminação com o vírus HIV", afirma Ildo. "O problema é que a legislação e o Estado brasileiro têm apenas uma resposta penal para o problema, não encaram o usuário como doente. Já cansamos de rodar duas ou três horas com um dependente em estado terminal dentro da viatura, e nenhum hospital o aceita para internação".

O caso de Helena Pires está sendo investigado pelo Conselho de Entorpecentes, do qual Ildo Rosa faz parte, com base no artigo 13 da Lei 6368/76. O artigo diz que é crime distribuir, mesmo que gratuitamente, instrumentos ou objetos que visam preparar substâncias entorpecentes ou que causam dependência física e psíquica. Se for condenada, Helena Pires poderá pagar de 3 a 15 anos de prisão.

A distribuição de seringas é adotada oficialmente em alguns lugares do Brasil, apesar de ilegal, e especialmente no exterior. Em São Paulo, o Centro de Orientação e Aconselhamento em Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids distribui seringas desde 1993. A decisão foi tomada diante dos impressionantes índices de contaminação, numa tentativa de evitar a propagação da doença.

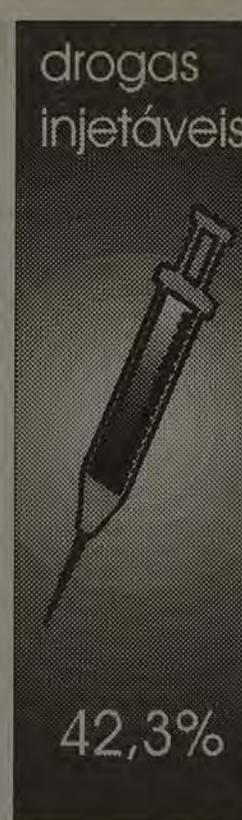
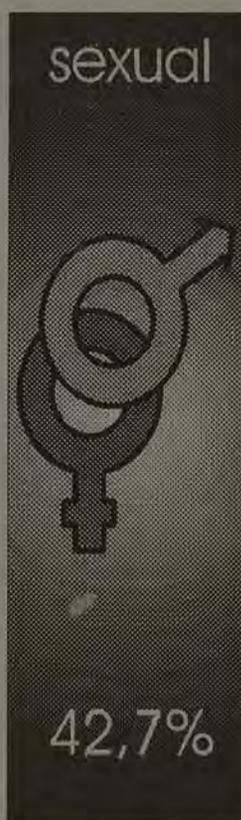
Desde novembro de 88, Nova Iorque vem desenvolvendo um programa de distribuição de agulhas. Patrocinado pela Secretaria de Saúde o "Needle exchange programme" prevê a distribuição de agulhas para viciados, mediante a concordância destes em submeterem-se a um tratamento paralelo de desintoxicação. Segundo os idealizadores do projeto,



Rosa é contra a distribuição



Compartilhar seringas é a segunda maior causa de contágio



os estados norte-americanos onde há maior incidência tanto de viciados em drogas intravenosas quanto de aidéticos são justamente os 19 onde a venda de seringas, sem receita médica é proibida. Este grupo inclui Nova Iorque, Nova Jersey, Massachussets e a Califórnia.

Na Suíça, um dos países mais ricos do mundo, é possível encontrar os "junkies", como são chamados os viciados em heroína, aplicando a droga (dando pico) em pleno dia. As 15 mil seringas descartáveis distribuídas todo dia na estação de trem abandonada de Letten acabaram reduzindo a velocidade com que o vírus HIV vinha se espalhando na cidade.

Para Rosa a diferença cultural existente entre o Brasil e países que liberam drogas é muito grande. Isto, aliado ao fato de que a droga injetável mais usada no exterior é a heroína, enquanto no Brasil é a cocaína, nos mostra que exemplos como o da Suíça não se aplicam ao nosso país. "Nos últimos anos o aumento do consumo de drogas trouxe consigo outro grave problema, o aumento da violência. Atitudes como a da presidente do Gapa chocam-se com a essa missão, conclui Ildo.

Insetos e ácaros nos pães de Florianópolis

Um estudo da farmacêutica e bioquímica Kárin de Brida concluiu que 92% dos pães produzidos em 25 das 47 padarias de Florianópolis possui o número de fragmentos de insetos acima do permitido pela legislação. Além disso, alguns dos exemplares colhidos foram elaborados à base de ingredientes nada saudáveis, como por exemplo, partículas metálicas, insetos inteiros e ácaros. Segundo a resolução da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos, os cereais e seus derivados devem estar livres de sujeiras, larvas e parasitas e conter no máximo 30 fragmentos de insetos em cada 100g.

O pão é o alimento mais consumido em todo o mundo. Só no Brasil, 300 milhões de pãezinhos são devorados a cada 24 horas. Ao lado dos biscoitos, o pão integra a dupla de derivados do trigo mais consumida em todos os níveis de renda da população (62,8%). Nas classes com maior poder aquisitivo, o percentual aumenta para 75%. Mas esta fonte barata e simples de se obter nutrientes pode estar ameaçada. A farinha de trigo sofre em toda parte as infestações de pragas, que iniciam seu ataque no campo chegando ao pão nosso de cada dia.

Os fragmentos de insetos encontrados são característicos dos grãos armazenados que aparecem durante a moagem e os parasitas surgem de uma contaminação posterior. A simples manutenção dos equipamentos de moagem e o uso de eletroímãs poderiam minimizar o problema.

Simone Fritsche

ZERO
AGO
95

10



Sérgio
Oliveira



Marcelo
Santos

Compre um pedaço do paraíso

Construção de um muro nas dunas revolta os moradores do Santinho

A praia do Santinho acompanha mais uma queda-de-braço promovida pela indiferença dos órgãos públicos à aplicação da lei. Um muro de concreto com um metro de altura está cercado 300 m² de uma duna, classificada como área de preservação permanente pelo Código Florestal brasileiro. A construção é ilegal e a questão deveria ser simples, mas a confusão nos registros da prefeitura deu espaço à polêmica.

Tudo começou em 1992, quando a empresa Jowilândia Empreendimentos Imobiliários vendeu lotes que desrespeitam o espaço natural de deslocamento das dunas. No Santinho, o campo de dunas movimentava-se para o norte de quatro a nove metros por ano. A vegetação fixadora impede o deslocamento da areia para o oeste e a conseqüente invasão da área urbanizada.

O engenheiro Paulo Roberto May, alto funcionário da Celesc, comprou um dos terrenos vendidos pela Jowilândia. Construiu uma casa de dois andares e a pintou com a cor da areia, "para não agredir o meio ambiente". Depois de concluir a casa, resolveu cercar o terreno que lhe seria de direito. Visivelmente avançando sobre a praia em relação às casas vizinhas, ele iniciou a construção de uma mureta de concreto em cima das dunas.

Revoltada, a comunidade já destruiu a obra algumas vezes, mas os pilares sempre voltam a ser erguidos. "A Polícia Ambiental já esteve aqui quatro vezes em busca do flagrante, mas o engenheiro está usando sua influência para conseguir o que quer", acusa o presidente da Associação de Surf dos Ingleses/Santinho, Reginaldo Ferreira. Numa das visitas, os fiscais da Polícia Ambiental constataram a agressão ao meio ambiente e notificaram o proprietário.

O secretário de Urbanismo e Serviços Públicos, Rubens Basso, garante que a obra está embargada, tanto pela SUSP como pela Polícia Ambiental, até que um dos lados envolvi-



O terreno do engenheiro May está legal segundo a prefeitura, mas transgride a lei ambiental

dos apresente um laudo técnico confiável. Ele ressalta que, de acordo com o Plano Diretor de 1985, o terreno de May está fora da área classificada como de preservação permanente. "Mas apresenta visíveis características que demonstram o contrário. Essa situação se altera em função da própria ação do homem", ressalta Basso, que admite a confusão em torno da questão dos limites.

Especulação criminosa - May diz que quer apenas proteger a duna, porque estariam "roubando areia" dela. Ele concorda que a questão é polêmica. "Na verdade, ninguém sabe quem está com a razão", diz. Os limites definidos pelos registros da prefeitura estão em linha reta, enquanto as dunas ocupam um espaço irregular. Com a mobilidade das areias, a situação complica-se ainda mais. A solução de bom senso seria seguir a linha das casas já construídas, mas cada novo morador avança um pouco em direção à praia.

"Não entendo o porquê dessa pressão. Estou aberto a negociações", diz May. Ele argumenta que a duna em questão servia de caminho até a praia para os pedestres, mas depois passou a ser invadida por veículos motorizados. Foi aí que resolveu "protegê-la". "Os pilares de concreto servem apenas para sustentar a tela que abrigará uma cerca viva", defende-se.

A polêmica não acaba por aí. Também foram colocados postes sobre as dunas, do local onde a mureta está sendo construída até cem metros de distância. Embora a instalação da rede elétrica tenha sido embargada pela prefeitura, foi efetivada pela Celesc, local onde

May trabalha. Pura coincidência, segundo ele. "Não usei minha influência em momento algum", garante.

A esposa do engenheiro, Marilú Campagner May, é geógrafa. Ironicamente, ela escreveu no ano passado uma tese de pós-graduação intitulada "Impacto das obras públicas em núcleos tradicionais", onde analisa justamente o caso das dunas. "A praia dos Ingleses caracteriza-se por apresentar uma variedade de ambientes de alto valor paisagístico. Este patrimônio natural vem sendo continuamente delapidado pela expansão urbana, colocando em risco a qualidade de vida", diag-

nostica Marilú na tese.

O trabalho também cita especificamente a região do Santinho em que está a casa de veraneio da própria autora e de seu marido. "Neste local, localiza-se um campo de dunas semi-estabilizadas. A ocupação desordenada destas áreas constitui-se num fator de alto risco, com ameaça iminente de soterramento das áreas contíguas". A geógrafa conclui que "o poder público assiste impotente a esta urbanização" e "a especulação desenvolvida na costa, através do arrasamento mecânico das dunas e conquista de espaços para loteamento, chega a ser criminosa".



Os pilares, com um metro de altura, cercam 300m² de dunas

invasão
nas
dunas

ZERO
AGO
95

11



Maurício
Oliveira



Maurício
Oliveira

O maquiador de cadáveres

Há 17 anos, Pedro Paulo costura, lava, veste, bota no caixão e despacha para a funerária

Tem gente que não gosta de entrar em cemitério, outros se arrepiam só de pensar em tocar numa pessoa morta. Imagina então, cortar, examinar, costurar e vestir um cadáver. Pois é isso que faz há 17 anos Pedro Paulo da Cunha, de 50 anos, o mais antigo auxiliar de necropsia do Instituto Médico Legal de Florianópolis. "Foi uma jornada difícil, no início tive que lutar contra mim mesmo, contra a dor de ver tantos corpos, e imaginar que talvez pudesse ser a esposa ou um filho, e a tristeza de estar ao lado dos parentes das vítimas". Hoje em dia enfrenta tudo com naturalidade, mas ainda se esquiva quando tem que necropsiar uma criança. "Fazer criança é difícil", diz.

Pedro Paulo tem motivos para não gostar de mexer em criança. Ele conta que há alguns anos, numa tarde de Natal, ao mesmo tempo em que fazia necropsia numa menina de nove anos, várias outras crianças brincavam numa escola próxima ao IML. A situação provocou lágrimas, e neste dia ele tomou um porre. Bebeu muito no início da carreira, durante 10 anos. "Não durante o serviço, só depois do expediente."

Casado há trinta anos, pai de quatro filhos, Pedro Paulo se diz católico, crente no espiritismo e na vida depois da morte. Se não trabalhasse com necropsia, freqüentaria centros espíritas. Não o faz para "não misturar as coisas". Segundo ele, por causa do trabalho, mexendo e mutilando corpos, sofre influências dos espíritos. Ele acha que os três derrames que sofreu, o último há dois anos, são conseqüências dessas influências.

Antigamente, à noite, durante os plantões, Pedro Paulo costumava ouvir máquinas de datilografia batendo, passos nos andares superiores, caixas caindo e geladeiras batendo as portas. Se arrepiava quando fala nisso. Tudo acabou quando foi colocado um crucifixo na porta da sala de necropsia.

Antes de entrar para o IML, Pedro Paulo trabalhou durante 10 anos no Hospital Celso Ramos: nove na cozinha e um na farmácia, que ficava próxima da sala onde eram guardados os cadáveres. Mas



Passos e portas batendo até hoje arrepiam Pedro Paulo

ele nunca quis passar perto do local porque tinha muito medo e nojo. "Parece castigo", diz.

Quem o levou para o IML foi um colega que insistia para que fizesse o concurso de auxiliar de necropsia. No

dia da inscrição não tinha dinheiro e foi isento da taxa. Fez o concurso com mais duas pes-

soas, ficou em terceiro lugar e ocupou uma das três vagas.

A primeira vez que entrou numa sala de necropsia, foi para assistir ao trabalho do colega que o levou para o IML. Era uma mulher que tinha sido baleada

"A parte mais difícil é o cérebro. Corto o couro cabeludo de uma orelha a outra. O crânio é aberto com uma serra elétrica".

pelo marido. O projétil entrou pelo ombro e foi parar no pescoço. Para localizar a bala e

retirá-la, foi preciso cortar o braço da mulher. "E eu ali vendo tudo", lembra. Pedro Paulo quis desistir e ir embora, mas o amigo insistiu para que ficasse. Depois de acabado o serviço, os dois foram tomar cerveja, e naquela noite beberam mais de um engradado. Pedro saiu do bar convencido de que aquele era o seu futuro. "Ainda bem que aceitei trabalhar, talvez estivesse sem emprego hoje."

A parte mais difícil de ser necropsiada é o cérebro. Segundo Pedro Paulo o couro cabeludo é cortado no topo da cabeça de uma orelha a outra. Em seguida, uma parte é puxada para frente e a outra para a nuca. O crânio é cortado com uma serra elétrica, deixando o cérebro à mostra para ser examinado. Todas as necropsias são acompanhadas por um médico legista. "O meu trabalho é abrir o corpo e auxiliar o médico no exame. Ele faz o laudo e vai embora. Aí eu costuro, lavo, visto, boto no caixão e entrego para a funerária", explica.

Durante esses anos todos trabalhando no IML, Pedro Paulo presenciou vários fatos incríveis. Um deles, o mais impressionante, aconteceu quando "fazia" um soldado que tinha morrido afogado. Acabada a necropsia, Pedro Paulo ouviu o sargento que acompanhava o corpo do recruta dizer ao cadáver: "Eu não disse pra ti que eu ia te dar a farda nova só quando tu morresse, pois aqui está tua farda." Neste momento, o corpo do soldado começou a sangrar. Pedro Paulo lavou o corpo, mas ele continuou sangrando. Teve que vesti-lo e o corpo foi levado embora assim mesmo.



Se não aceitasse esse trabalho ele acha que hoje poderia estar desempregado

trabalho duro

ZERO
AGO
95

12



Josemar Sehnem



Paulo de Tarso

Pedalando 8.200 km na Europa

*Catarinense
pretende
percorrer 12
países em seis
meses*

Marcos seria apenas mais um brasileiro na Europa se não tivesse resolvido juntar as três coisas de que mais gosta: bicicleta, viagem e aventura. O triatleta de Florianópolis Marcos Henrique Oliveira Pinheiro parte no dia 26 de agosto para Viena, na Áustria, onde começa um giro de seis meses pela Europa em cima de uma *Mountain Bike*.

Pinheiro tem 27 anos e é formado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina. Já foi vice-campeão catarinense de *duathlon*, prova em que o atleta corre parte do percurso a pé e parte de bicicleta. "A maioria das pessoas com quem conversei sobre o projeto perguntavam sobre o meu pre-paro físico e o meu inglês", diz Marcos. "São duas coisas com as quais eu não me preocupo."

O ciclista vai precisar mesmo de fôlego para terminar a aventura. São 8.200 quilômetros de estrada, passando por 93 cidades em doze países e pedalando de 40 a 140 quilômetros por dia. A viagem começa na Áustria, seguindo pela República Tcheca, Alemanha, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, França, Espanha, Portugal, novamente



Marcos vai levar apenas a bicicleta e 18 kg de equipamentos

Espanha, Itália, San Marino e Mônaco, reentrando então na Itália e terminando no ponto de partida, na Áustria, no dia 26 de fevereiro de 1996.

Ao final da viagem, Marcos vai ter girado o pedal da bicicleta cerca de três milhões de vezes, o que equivale a uma média de 30 mil pedaladas em cada trecho. Para se ter uma idéia, uma pessoa não atleta, mas que se exercita regularmente em uma bicicleta, não passa de quatro mil pedaladas. Isso sem os 18 quilos de bagagens e equipamentos que Marcos vai levar na bicicleta, uma *Mountain Bike* com quadro de

cromo molibidênio que pesa 12,4 quilos. Além de roupas, o ciclista vai levar duas mochilas acopladas à bicicleta (dianteira e traseira), barraca, saco de dormir e um isolante térmico - pequeno colchonete de borracha especial que protege o saco de dormir de umidade.

Ao contrário do que parece, o ciclista não será um maluco sozinho na Europa. Cerca de 30 brasileiros que moram no conti-

nente europeu vão ser o contato de Marcos enquanto estiver viajando, entre conhecidos e pessoas indicadas por amigos. "Nas cidades menores a intenção é parar apenas para dormir. Nas maiores pretendo ficar uns três dias ou mais", planeja o atleta, que já fala fluentemente o espanhol e pretende ainda voltar dominando o inglês e o francês.

Transformar o projeto em realidade também exigiu muito trabalho de planejamento, desde a escolha do trajeto e dos pontos de parada até os patrocinadores. A idéia de percorrer a Europa pedalando nasceu em abril deste ano. O projeto começou a ser elaborado com a ajuda de uma amiga, também ciclista, que acabou desistindo e viajando para o Velho Mundo por meios mais convencionais.

Mesmo assim Marcos não desamimou e acabou conseguindo o apoio de cinco empresas para realizar o projeto: Transbrasil, Realcolor/Kodak, Ferraro's Bike Center, Caratua Equipamentos e Cotton Sportwear. A Alimentação e a estadia ainda estão, por enquanto, por conta do atleta, que está vendendo camisetas com o logotipo do projeto, feitas pela Trampulim, para custear a viagem. "Quero também chamar a atenção das pessoas que têm um sonho, mas nunca fizeram nada para realizá-lo. No início muita gente achou meu projeto inviável, mais eu consegui apoio e estou indo. E acabou sendo mais fácil do que parecia."

mountain
bike

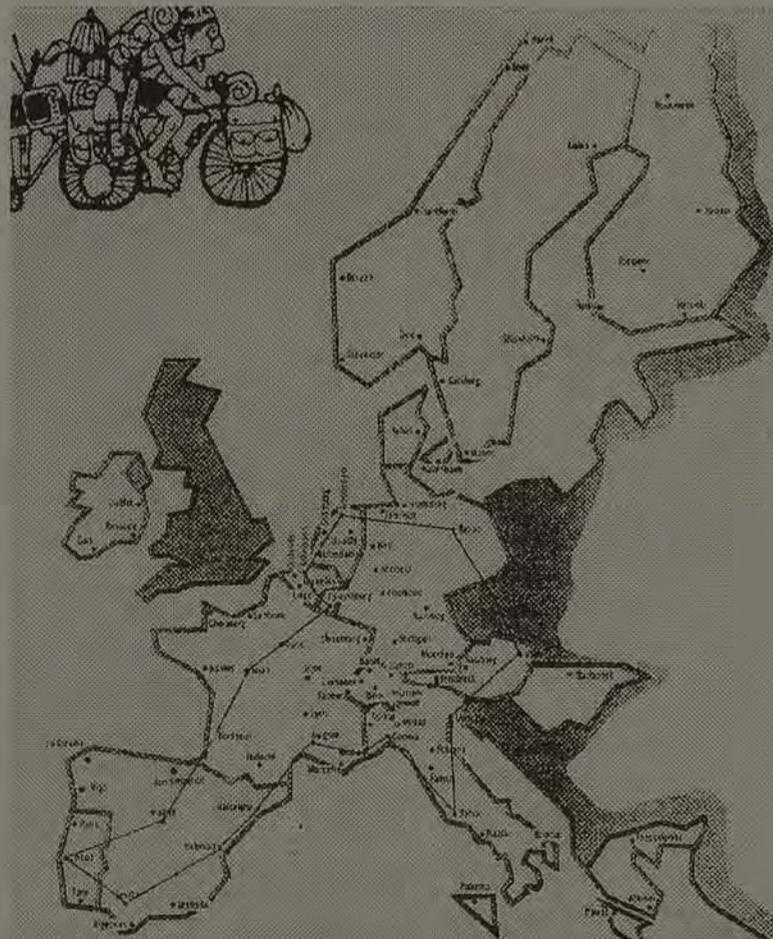
ZERO
AGO
95

trajeto conhecido

Não é a primeira vez que um catarinense viaja a Europa de bicicleta. Há nove anos, três ciclistas catarinenses realizaram uma proeza muito parecida com a que Marcos Pinheiro quer levar adiante. A aventura está documentada no livro *Ciclismo: um giro pela Europa*, publicado pela Editora da UFSC, em 1988.

Em julho de 1986, Paulo Coelho dos Santos, Murilo Kruger e Hercílio Costa partiram para Lisboa para ficar cinco meses pedalando pela Europa. O trajeto era bem parecido com o escolhido por Marcos Pinheiro. Uma das diferenças é o ponto de partida. Marcos vai sair de Viena, enquanto seus antecessores preferiram Lisboa. O percurso do trio catarinense incluiu 90 cidades em nove países e estavam previstos 7.180 quilômetros de pedaladas, consideradas apenas as distâncias entre as cidades. Somados os deslocamentos urbanos e os passeios a aventura acabou com 8.300 quilômetros percorridos em 164 dias.

Os atletas retornaram ao Brasil em 18 de dezembro de 1986 depois de percorrer Portugal, Espanha, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Luxemburgo, Suíça e Itália. O Roteiro escolhido por Marcos Pinheiro inclui ainda Mônaco, San Marino e a República Tcheca e não passa pela Suíça. Assim como a trio que o antecedeu Marcos vai voltar certamente com muitas histórias para contar.



13

Carlito
Costa

Paulo de
Tarso

Alva Paixão não agrada a crítica

Apesar disso, curta registra a volta do cinema catarinense

cinema
local

ZERO
AGO
95



Maria Emília criou uma atmosfera simbolista para contar vida do poeta

O desafio que o curta-metragem catarinense *Alva Paixão* enfrentou no último dia 14 foi complicado: a exibição no XXIII Festival de Cinema de Gramado, considerado o mais importante da América do sul. Se bem que isso, antes de um desafio, pode ser encarado como um privilégio. Afinal, passagem para Gramado, numa rigorosa seleção que engloba filmes de diversos países, não é algo que se obtém por acaso. As críticas surgiram, e não foram agradáveis. Boa parte do público não entendeu e não gostou. O jornal carioca *O Globo* chamou o filme de "constrangedor", e o *Diário Catarinense* reclamou do "ritmo lento" e do "tom de jogral". À parte de tudo isso, porém, *Alva Paixão* possui méritos, além de capitanear um retorno da atividade cinematográfica em Santa Catarina.

A repercussão do filme em Gramado foi causada também pelo desconhecimento do seu tema principal: o poeta catarinense Cruz e Sousa. Sua importância na cultura brasileira parece ser entendida somente pelos professores de português e alunos dos cursinhos catarinenses. Como principal representante do movimento simbolista do país, Cruz e Sousa era poeta de invejável sensibilidade, não só nos versos como em sua própria vida, onde sentiu na carne a situação de ser negro e pobre. Maria Emília Azevedo, a diretora de *Alva Paixão*, resolveu contar a vida do poeta de uma maneira diferente, numa montagem fragmentada. A obra fica longe dos filmes de Hollywood, se aproximando de diretores franceses como Jean-

Luc Godard e Alain Resnais, ou mesmo do badalado Quentin Tarantino. Pode parecer um filme complicado para quem não conhece Cruz e Sousa, mas é pertinente à sua poesia, tornando-se uma espécie de "filme-poema simbolista", especialmente quando se refere à fixação dos simbolistas, pelo branco, pelos sonhos e visões.

Obra bem cuidada - A competência do trabalho pode ser provada pelo excelente acabamento que teve, apesar da falta de recursos que permeou o projeto desde o início. A iluminação e a fotografia, esta a cargo de Rodolfo Lopes, estão impecáveis, complementando o clima lírico do filme. O figurino, de responsabilidade de Maria de Lourdes Hamad, é perfeito, fixando os personagens historicamente. A pesquisa histórica de Ricardo Goulart também merece créditos. Além disso tudo, a participação de atores de peso como Zezé Mota e Breno Mello, afastado do cinema há anos, aumenta consideravelmente o cacife de *Alva Paixão*. Seus 23 minutos custaram somente R\$ 50 mil, pouco pelo que se vê na tela.

Pena que a obra não deverá entrar em cartaz efetivamente tão cedo. O problema da falta de cópias faz com que o filme, que ainda será exibido no Centro Cultural e no Museu da Imagem e do Som em São Paulo, não fique ao alcance do público catarinense. Florianópolis só teve duas apresentações no último dia 9, e Joinville no dia 11. No giro que fará pelo país, *Alva Paixão* ainda concorre ao Festival Internacional de São Paulo e à Jornada In-

ternacional da Bahia. Boas chances para, quem sabe, uma reavaliação da obra.

Boa safra - Outro curta catarinense exibido no Festival de Gramado, foi *Naturezas Mortas*, do diretor Penna Filho, que aborda criticamente a extração de carvão no estado, contando a história de um mineiro, primeira e mais importante vítima da extração mineral na visão do autor. *Naturezas Mortas* ganhou o prêmio especial do Júri

Popular. Esses dois filmes são somente o início de uma atividade cinematográfica em Santa Catarina, que promete se intensificar até o final do ano. Nesse período, três filmes deverão ser lançados, além de estarem previstas as realizações de dois outros.

Um dos quase prontos é "Bruxa viva", da diretora Lena Bastos. Misturando bruxas e especulação imobiliária, é um olhar crítico em relação à preservação ambiental. Ainda não foi finalizado por falta de dinheiro. Embora tenha recebido incentivos do MEC, do governo estadual e da Fundação Franklin Cascaes, o filme, que está praticamente terminado, ainda precisa de R\$ 7mil para o final de produção. Prova de que a vida dos diretores catarinense não é fácil.

"Utopia do Divino", de Norberto Depizzolati e Zeca Pires, é outro filme a ser lança-

do ainda este ano. Assim como "Extra-ser", de Antônio Celso dos Santos, projeto que foi filmado há seis anos e só estreia agora. O diretor também pretende começar a rodar um outro projeto, "Ritinha", brevemente. De tudo o que se prevê para o cinema catarinense ainda este ano, destaca-se o longa-metragem "Fratelli Brocato", projeto do diretor Fábio Brüggemann.

Abordando a lenda dos irmãos Brocato, que viveram em Lages no início do século, o filme é apontado como o segunda longa-metragem realizado em Santa Catarina. O primeiro seria "O Preço da Ilusão", feito por Nilton Nascimento em 1957 (resta saber porque os filmes do cantor João Amorim, de Lages, não são considerados longa-metragens.) "Fratelli Brocato", quem sabe, pode ser a obra que fixará definitivamente o estado no cinema nacional.

Todo este movimento pode ser visto também como um processo em andamento, já que não só a temática dos filmes, enraizada na cultura catarinense, como também seus realizadores, podem ser conteridos no vídeo *Curtas Catarinenses*. Esses curtas foram realizados há alguns anos, e mostram que a proposta continua a mesma. O que vem acontecendo é que a Cinemateca Catarinense, entidade que apóia e concretiza as produções no estado, está conseguindo importantes recursos, ainda que modestos, que permitiram a compra de equipamentos (como uma moviola, aparelho que monta os filmes, e um novo equipamento de luz). Esses recursos estão vindo do Fundo Municipal de Cinema (Funcine), instaurado pela Prefeitura de Florianópolis. Prova de que o apoio governamental é significativo para a cultura.



Filme procurou exatidão para caracterizar os personagens



Renê Müller



Casa da Estudante Universitária (CEU) abriga 24 garotas e é opção mais barata para quem estuda na UFSC

Vivendo longe de casa

Jovens deixam seus lares para "enfrentarem" estudos e tarefas domésticas em Florianópolis

Morando há um mês num apartamento no centro de Florianópolis, as primas Karine Alves e Mildred Borges e a amiga Vanessa Scarduelli, vindas de Tubarão, ainda não têm experiência na vida longe de casa. "Com certeza é melhor do que morar com os pais", diz Karine, de 18 anos, que faz cursinho para o vestibular de Arquitetura. As únicas queixas das meninas são o barulho dos vizinhos e a implicância do porteiro com o namorado de Mildred, de 19 anos.

Fazer a própria comida, não ter horários, ser responsável pela casa e principalmente não dever satisfação aos pais são as vantagens citadas pela maioria dos estudantes que vêm para capital estudar.

Os amigos Jorge Rodrigues e Richard Trajano, de Criciúma, e José Alexandre, o Zé, de Jundiá dividem um apartamento no edifício Onix, no centro da cidade. Jorge, de 21 anos, estudante de Engenharia de Alimentos, foi o primeiro a chegar, há quatro anos. Richard, de 20 anos, faz faculdade de Farmácia e foi para o apartamento em 92, e o Zé, de 22 anos é calouro de jornalismo e se juntou a eles há dois anos e meio. "Quase nunca brigamos porque temos hábitos parecidos: os três fumam e gostam de varar a madrugada conversando", conta Richard.

Jorge diz que o que mais sente falta é da comida de casa. "Nunca um dos três cozinhou para os outros", completa Zé, enquanto mexe no computador.

Pernoite - Nem todos que vêm estudar aqui tem condições de comprar ou alugar um apartamento. As repúblicas, pensões e moradias estudantis passam a ser uma opção mais acessível. O CEU (Casa da Estudante Universitária) abriga 24 garotas que estudam na UFSC, e está longe de ser um paraíso. Com apenas três ba-

nheiros e quartos com até quatro meninas, é preciso estabelecer algumas regras para tornar a convivência possível. Existem plantões de limpeza e horários de uso de telefone. Para entrar no CEU, as meninas passam por uma seleção que privilegia as de menor renda e precisam cumprir as normas da casa, em especial a que proíbe o pernoite de homens. "Todas as regras têm um porquê", garante a estudante Edilce Coutinho, de 25 anos, que veio de Chapecó e é a mais antiga moradora do CEU.

As meninas afirmam que a saída de casa traz vantagens como independência e maturidade, mas não escondem as dificuldades e principalmente a saudade de casa. A estudante de agronomia Claudete Santa Catarina, de 21 anos, veio de Anchieta, no oeste do estado, e é segundo as colegas a que sente mais falta da família. "De vez em quando a Claudete está pelos cantos, aí já sabemos que bateu a saudade", conta Margarida Vieira, de 22 anos. Margarida veio de Criciúma há dois anos e meio e diz que o fato de estar no CEU com o único objetivo de estudar pode ser uma vantagem em

relação aos estudantes que moram com a família.

As meninas se reúnem toda primeira quinta-feira de cada mês para discutir os assuntos da casa. Edilce conta que as amigas se tornam muito fortes, e que uma das meninas saiu agora para casar e convidou todas as moradoras para a festa. "Morar aqui é ótimo, pena que a segurança seja tão ineficiente", completa Edilce, lembrando do assalto sofrido na casa.

Armação - O estudante de jornalismo Alexandre Abertavicius deixou a casa dos pais, a uma quadra da Avenida Paulista, para fazer o curso de jornalismo da UFSC. Desde que chegou, há seis meses, já mudou de casa três vezes. Na primeira casa em que morou, na praia da Armação, Alexandre se desentendeu com o companheiro. "Se eu deixava uma bota com lama na sala ou coisa parecida, ele não gostava e descarregava muito tempo depois". Quando a convivência se tornou impossível, Alexandre foi para uma casa de um quarto na mesma praia, e não havia espaço para outra pessoa. A despesa ficou pesada e agora ele divide com um amigo uma outra casa de dois quartos na Armação. Para chegar na universidade, ele pega dois ônibus e demora cerca de 50 minutos. "Minha mãe disse que se eu viesse para cá, não me daria um tostão. Como o curso é integral, acabou ficando com pena", diz. Desde o começo do semestre, Alexandre está trabalhando na hemeroteca do curso de jornalismo. "Mas é só pela grana", diz o paulista, que entre jornais e revistas, recebe 75% do salário mínimo.



Alexandre: botas sujas de lama e discussões



Aline Cabral



Aline Cabral

Paulo de Tarso

Embalos de sábado à tarde

Remanescente da era do Velho Guerreiro aos sábados na CNT

alegria
alegria

Clima de expectativa no ginásio de Biguaçu: as câmeras já posicionadas, os jurados acomodados em seus lugares, sedutoras daltretes começando a dançar seus passos ensaiados e o auditório histérico aclamando por seu mais novo ídolo. Finalmente ele aparece. Ao vivo para todo o Estado: Daltro Cavalheiro, "Alegria, alegria!", diz ele numa entrada triunfal sob o som ensurdecido de gritos e aplausos de uma platéia de no máximo duzentas pessoas. "Bem vindo ao programa mais, mais" continua falando com um fôlego invejável - há momentos que ele fala tão ininterruptamente que sua pele já avermelhada fica com uma coloração ainda mais acentuada. Mas ele não para: "Ai, ai, ai o Daltro vai ser papai".

Embora com cabelos complementemente esbranquiçados, o gaúcho Daltro Cavalheiro tem apenas 49 anos. Desses, trinta dedicados à televisão. Começou em 1965 na TV Piratini em Porto Alegre com o programa Jovem Brasa. "O rei Roberto Carlos cantou *Calhambeque Bibi* no meu programa", diz ele orgulhoso. Depois foi para São Paulo para Rede Gazeta apresentar o programa *Cuca Fresca*. E antes de vir para Florianópolis trabalhou três anos - de 1991 a 1994 - na capital gaúcha num show homônimo ao atual. Mas o currículo do carismático apresentador literalmente ultrapassou os limites. Daltro foi apresentador durante oito meses na TV Montecarlo em Buenos Aires na década de sessenta.

Se autoconsiderando um comunicador nato Daltro Cavalheiro explica seu potencial como um presente divino. "É um dom de Deus fazer essas coisas", diz. E é essa vocação que não o deixa parar. Daltro veio para Santa Catarina em busca de uma opção de vida, não de uma opção profissional. Mas "não resistiu" ao perceber a "carência" desse tipo de programa no Estado. Assim surgiu a ideia do programa Daltro Cavalheiro que já está no ar há quatro meses. E sem nenhuma modéstia seu mentor afirma convictamente que o programa já é campeão de audiência em âmbito estadual. "Não cito fontes mas nosso programa está em primeiro lugar", diz.

O público responsável por esse índice,



segundo Daltro não é só de classe mais baixa. "Mesmo que os pinóquios da classe A digam que não assistem, eles são os que mais assistem", afirma.

Embora comparado ao saudoso Chacrinha - numa versão empobrecida - Daltro Cavalheiro acha que tem estilo próprio. Lembra inclusive que quando estava fazendo seu programa em São Paulo fazia concorrência direta com o Velho Guerreiro que tinha um programa semelhante em outro canal no mesmo horário.

Há até quem acredite que se houve cópia de alguém foi por parte do Chacrinha. "O Daltro já tinha um programa na Rede Gazeta quando o Chacrinha começou", comenta a produtora do programa Diuli Janaina Ferreira.

Programa - Com cartazes de cantores desconhecidos, o auditório normalmente composto por crianças e idosos, vibra com cada número anunciado. No programa há espaço para atrações musicais, show de calouros e transformistas. "O objetivo é transformar o programa numa vitrine de novos talentos", diz o apresentador.

Daltro Cavalheiro tem acesso ao roteiro só minutos antes do show começar, por isso a maior parte do que ele fala é improvisado. "Mesmo que as falhas aconteçam, os leigos não percebem", diz.

Amparado somente com a parte técnica da RCE (Rede de Comunicações Eldorado) - responsável pela transmissão - o programa é feito por uma produtora independente, que aliás pertence ao próprio Daltro Cavalheiro. A parte de comercialização (patrocínios) também é de responsabilidade da equipe de produção. Os anúncios são feitos durante todo o programa: ou pelo próprio apresentador - "Meu amigo Derly tem o maior cardápio de peixes aquáticos", diz enquanto aparece o endereço de restaurante na tela - ou através de presentes aos participantes do show de calouros e aos transformistas. Daltro Cavalheiro não paga cachês.

O programa passa todos os sábados das 13h às 15h30min ao vivo da boate Paladium no Estreito. Mas uma vez por mês o show é realizado em alguma cidade catarinense. Quando nossa equipe de reportagem foi entrevistar o apresentador ele estava fazendo o programa em Biguaçu e contava com a presença de personalidades locais como o prefeito do município Sadi Peixoto, que parecia bastante empolgado. "Pelo esforço do Daltro vir até aqui eu lhe dou nota dez", disse o prefeito que fazia parte da comissão de jurados.

Quem participa, vê o programa como oportunidade de ascensão. Desde o câmara que considera ponto positivo para seu currículo trabalhar na televisão, daltretes que acham que este é o meio de serem paquitas aos calouros, que encontram no Daltro Cavalheiro a chance de alcançar o sucesso.

Mesmo com uma precária produção, que ao contrário do que ele acredita, é percebida até pelos "leigos", o programa está prestes a ser transmitido em rede nacional pela CNT. "Se der tudo certo, em 45 dias Daltro Cavalheiro será transmitido para todo o Brasil", diz o apresentador gaúcho nascido em Santana do Livramento. "O futuro da televisão é esse tipo de programa", completa.

ZERO
AGO
95

16

Sandra
Vieira



Bárbara
Pettres



As daltretes, no bom estilo dos programas de auditório



Os transformistas são atração do programa